

A CIDADE EM JOGO: EFEITOS SOCIAIS E URBANOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COPAS DE 1950 E 2014¹

FELIPE OLIVEIRA SANTOS²
Rogério FERREIRA DE Souza³

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal descrever e analisar como se deu a construção dos equipamentos esportivos voltados para atender às demandas dos megaeventos esportivos, como Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas. Assim, busca-se pensar quais foram os resultados das políticas públicas que visaram estabelecer novas formas de sociabilidade no espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro em detrimento dos megaeventos. A hipótese apresentada neste trabalho, parte da ideia de que os rearranjos governamentais visaram atender a uma demanda do capital internacional, tomando a cidade como mercadoria.

¹Este trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida em 2017-2019, no âmbito do mestrado em Sociologia Política no PPGSP IUPERJ-UCAM

² Mestre em sociologia política pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (IUPERJ-UCAM). Professor de Comunicação Social do Centro Universitário Carioca (Unicarioca).

³Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do Programa de Sociologia Política IUPERJ-UCAM. Coordenador do Grupo de Pesquisa LECC-IUPERJ (Laboratório de Estudo da Cidade e Cultura), junto ao Diretório de Pesquisa CNPq.

Para isto, parte-se de uma análise comparativa entre as Copas de 1950 e 2014. O presente artigo se insere no contexto dos estudos sobre cidade, futebol e os megaeventos esportivos. Parte desses estudos demonstram que a construção de arenas esportivas emerge como tática de produção de novos espaços de sociabilidade sobre o controle de uma entidade transnacional, a FIFA. Os resultados são ingerências sobre a soberania das políticas públicas, nos espaços urbanos, nacionais e locais, gerando um conjunto de controvérsias entre demandas efetivas da população e o interesse do capital internacional.

PalAVRAS-CHAVE

Megaeventos esportivos; Cidade mercadoria; FIFA

ABSTRACT

The main objective of this article is to describe and analyze how the construction of sports equipment was carried out to meet the demands of mega sporting events, such as the Football World Cup and the Olympics. Thus, we seek to think about the results of public policies that aimed to establish new forms of sociability in urban space in the city of Rio de Janeiro to the detriment of mega-events. The hypothesis presented in this work is based on the idea that government rearrangements aimed to meet a demand from international capital, taking the city as a commodity. To do this, we start with a comparative analysis between the 1950 and 2014 World Cups. This article is inserted in the context of studies on the city, football and mega sporting events. Part of these studies demonstrate that the construction of sports arenas emerges as a tactic for producing new spaces of sociability under the control of a transnational entity, FIFA. The results are interference with the sovereignty of public policies, in urban, national and local spaces, generating a set of controversies between the effective demands of the population and the interest of international capital.

KEYWORDS

Sports mega-events; Commodity city; FIFA

INTRODUÇÃO

O dia 16 de julho de 1950, ficou marcado na história do futebol brasileiro pela derrota da Seleção Brasileira, frente à Seleção do Uruguai, justamente no jogo da final da Copa daquele ano. A vitória da equipe celeste por 2 x 1, representou uma grande frustração nacional, pois, havia uma enorme expectativa, tanto público brasileiro, quanto dos governantes à época. Pois, a Copa do Mundo de 1950, realizada no Brasil, seria exemplo simbólico de um país periférico pronto para adentrar e enfrentar os desafios da modernidade. O país pretendia, enquanto nação, se tornar uma potência internacional

Àquela altura, o futebol já se constituía em um fenômeno de massa na sociedade brasileira, polarizando tensões que seriam importantes para a construção de uma ideia de nação. Em tais interações, o Estado teve uma participação bastante ativa. O Estado-Nação é a forma pela qual se consegue a pacificação social na modernidade, mesmo com a manutenção das desigualdades sociais. O Estado, portador do monopólio legítimo da violência, centraliza o uso da violência física, institucional e jurídica, incutindo nos indivíduos, intersubjetivamente, o autocontrolado e a previsibilidade das ações sociais. (WEBER, 2010; DUNNING, 2001).

Nesse sentido, o Estado Nação é um tipo de manifestação política que, ao introduzir a rotinização e a previsibilidade das condutas, estabelece um ambiente ideal para a expansão do capital, que, por sua vez, se aproveita da conformação política trazida pelo Estado Nação para consolidar seu domínio econômico e social. Neste contexto histórico, o futebol se torna um esporte de âmbito global, explicitamente pela expansão dos negócios ultramarinos e também pelo seu caráter praticamente universal de prática, que alcançou níveis altos de popularidade, inclusive ao mexer com a organização do espaço urbano das grandes cidades, seja pela prática ou pela consolidação de clubes e agremiações esportivas.

Foi no contexto do esporte moderno que surgiu a Federação Internacional de Futebol Associados, a FIFA, fundada em Paris em 21 de maio de 1904. A entidade possui, hoje, 211 organizações associações de futebol afiliadas a ela⁴. Número maior do que o da Organização das Nações Unidas (ONU), que possui 193⁵, por exemplo. A história dela começa em 1904, bem antes da realização da primeira Copa do Mundo, em 1930. Contudo, o evento só foi possível graças a

⁴Disponível em:

<https://www.fifa.com/associations/>. Acesso em 09/03/2020.

⁵Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>. Acesso em 09/03/2020.

uma aproximação do presidente da FIFA naquela ocasião, o francês Jules Rimet⁶, com um representante do estado nacional uruguaio, o diplomata Enrique Bue-ro⁷: “Na opinião do francês, o prestígio e interesse do diplomata pelo futebol poderiam ser fundamentais para a organização do campeonato em solo uruguaio” (DO CABO, 2013, p. 6).

Sendo assim, este artigo tem como temática as relações entre cidade, futebol e os eventos esportivos. Parte-se de um pressuposto de que a construção de arenas esportivas emerge como tática de produção de novos espaços de sociabilidade e controle. Parte-se da hipótese de que a narrativa identitária na qual se constituiu a Copa do Mundo não teria ganhado força no Brasil sem a construção do Maracanã para a Copa de 1950. O equipamento alterou a orientação urbana da capital fluminense, permitindo novos fluxos no espaço geográfico da cidade e uma sensação de ocupação democrática do estádio.

Para tanto, este artigo tem como objetivo principal observar como, nas duas edições de Copa do Mundo (1950 e 2014), em que o Brasil esteve como país sede, a construção dos equipamentos esportivos e urbanos foram resultados de políticas públicas que tinham como objetivo estabelecer novas formas de sociabilidade no espaço urbano do Rio de Janeiro, mas, no entanto, enquanto cidade mercadoria, seguiram a lógica do capital internacional e a ingerência da FIFA.

Assim, busca-se se pensar como, na e evolução do futebol e sua entrada na era do capital globalizado fez com que a FIFA, entidade que organiza os Mundiais, ganhasse contornos de um *player* político global, mais forte até mesmo que nações constituídas, a ponto de influir diretamente nas formas de organização social e urbana dos países que recebem o evento. Tais influências são perceptíveis também na ocupação do espaço urbano, onde políticas de exceção foram implantadas com o aval do Estado, numa inversão do conceito de soberania. Nesse rearranjo do capital internacional, o poder público sede e chancela práticas de segregação e exclusão social. Por fim, este artigo se justifica pela necessidade da ampliação no escopo do debate acerca da interação do Estado-nação, Capital Internacional e Cidade mercadoria, levando em conta o futebol, uma manifestação

⁶Em 1920, o francês Jules Rimet foi eleito presidente da Fifa. Ele permaneceria no cargo por 35 anos.

⁷Além de diplomata, Bue-ro foi chefe da delegação da seleção de futebol do Uruguai nos Jogos Olímpicos de 1924 e 1928, vencidos pela “celeste”. No congresso anual da FIFA, em maio de 1929, a primeira Copa do Mundo foi concedida ao Uruguai porque Bue-ro conseguiu convencer todos os outros membros da América do Sul a votar no Uruguai, enquanto outros países europeus além da Itália favorita também eram candidatos.

cultural que se tornou um fenômeno de massa mundial e cada vez mais com alto poder mobilizador.

BRASIL: DO “ESTÁDIO-Nação” às ARENAS FIFA

Para iniciarmos a discussão que propusemos acima, iremos observar a interessante relação entre a FIFA e os países que recebem a Copa do Mundo. Nota-se que, desde a primeira Copa do Mundo, a FIFA já desejava que os custos de organização da Copa fossem a cargo do país anfitrião. Esta premissa já ficou determinada no congresso da entidade, realizado em 1929. Seriam pagos inclusive os gastos com deslocamento e hospedagem dos membros da Comissão organizadora, árbitros e equipes (Do Cabo, 2013). Na ocasião, a FIFA impôs aos uruguaios a construção de um estádio para 100 mil pessoas. O maior do país, na época, tinha capacidade para 30 mil espectadores. A demanda foi cumprida pelo país-sede e o Mundial foi feito.

O Estado uruguaio aproveitou para exaltar o lado patriótico do povo e participou da organização do evento: o parlamento do país disponibilizou cerca de 500 mil pesos para viabilizar, entre outros itens, a estadia das equipes e a construção de um estádio. A conquista do título foi carregada de simbolismos em relação à população, criando um forte laço de pertença. Essa forte carga simbólica aplicada nas representações sobre as conquistas do futebol uruguaio se transmutaria para a população, numa transferência desejada por todos os dirigentes e políticos que viriam depois.

O futebol se constituía, portanto, em um mecanismo capaz de produzir sentidos dentro de um processo civilizador⁸, utilizando a expressão do sociólogo alemão Norbert Elias⁹. Este processo aconteceu desde o surgimento da modalidade e mesmo depois de chegar em solo brasileiro, antes mesmo da virada do século XX. Ainda durante o período de Getúlio Vargas¹⁰, o futebol viria a se consagrar

8 Teoria segundo a qual um grupo social é capaz de internalizar determinados padrões de existência, especialmente pelo controle das pulsões que impediriam a convivência em sociedade. Neste contexto, o Estado Moderno, através de sua imbricada rede de codependências, aparece como um ator capaz de conduzir a complexidade da organização civilizacional.

9 Sociólogo alemão, cujas obras focaram a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História (1987-1990).

10 Décimo quarto e décimo sétimo presidente da história do Brasil. Governou de 1930 a 1945 e, posteriormente, entre 1951 a 1954.

como um esporte destinado a atender um ideário de uma educação física, moral, cívica e eugênica” (DRUMOND, 2008, p. 168), passando a se converter em uma narrativa identitária. Elias e Dunning (1992) viam no esporte a possibilidade de se criar um ambiente de higienização e controle:

Nas sociedades industriais avançadas, as atividades de lazer constituem um enclave para o desencadear, aprovado no quadro social, do comportamento moderadamente excitado em público. O caráter e as funções específicas que o lazer tem nestas sociedades não pode compreender-se se não se está ciente que, em geral, o nível público e mesmo privado do controlo emocional se tornou elevado em comparação com o das sociedades menos diferenciadas (ELIAS & DUNNING, 1992, p. 103-104)

A FIFA, pode-se dizer, se aproximava dos Estados Nacionais com um forte discurso de inclusão na modernidade. Buscava-se exatamente a criação de um conjunto de símbolos que, acionados, renderiam manifestações patrióticas. Àquela altura, receber a Copa do Mundo já era considerado uma honra para a nação que a organizasse. O futebol buscava apresentar a sua contribuição para um país que passava, com alguma rapidez, de uma ordem rural para uma urbana-industrial. O futebol, ao mesmo tempo que entrava no calendário cívico, já era alvo de disputa entre setores das classes dominantes pelo controle da sua administração. De acordo com Drummond (2008), esta disputa acontecia no seio do governo, entre os grupos mais tradicionais, pré-varguistas, e uma elite emergente, liderada pelos apoiadores do governo (DRUMOND, 2008, p. 172).

A esta altura, cabe uma análise do modelo de estádio que se tinha no Brasil. A evolução histórica destes modelos pode ser um parâmetro importante para a análise da conformação do fenômeno do futebol na sociedade brasileira. Mas também para mostrar a relação desses grupos sociais com a apropriação cultural do fenômeno e como ela mudou ao longo das décadas. Cada modelo de espaço esportivo serviu para atender à demanda de uma determinada época da relação entre futebol e sociedade.

O futebol chega ao Brasil como um fenômeno elitista, que passa a funcionar como prática de distinção social. Os primeiros estádios foram construídos em bairros nobres. Eram de tamanho reduzido e projetados segundo uma arquitetura clássica. O público que frequentava esses locais se resumia a amigos e parentes

dos atletas. Um dos mais emblemáticos desses espaços era o estádio das Laranjeiras, do Fluminense Futebol Clube. Mas outros estádios foram erguidos seguindo as mesmas proporções, dentro do que se entendia que era o espírito moderno europeu. Mascarenhas (2013) chama estes palcos de “estádios aristocráticos”. Em Salvador, por exemplo, foi erguido o Estádio da Graça, situado no bairro de Vitória. Além da capital baiana, Curitiba inaugurou nas primeiras décadas do século XX o estádio Joaquim Américo. Recife inaugurou o estádio da Liga Sportiva Pernambucana, para abrigar os jogos do campeonato local, iniciado em 1915. Em 1939, também na capital pernambucana, inaugura-se o Estádio dos Aflitos. Em Porto Alegre, o primeiro estádio, inaugurado em 1904, situava-se no bairro Moinhos de Vento, tido como reduto da elite da cidade¹¹.

A popularização do futebol no Brasil passou a atrair as camadas mais baixas da população, especialmente nos grandes centros urbanos. Os “estádios aristocráticos”, aos poucos, iam se tornando pequenos para o interesse cada vez mais crescente no futebol. Ampliar os estádios feitos para as elites era uma solução difícil, já que os bairros onde estavam inseridos em áreas densamente povoadas, onde o espaço já era uma dificuldade em um período de expansão urbana. Era necessário erguer um novo tipo de arena, capaz de atender à expansão populacional das grandes cidades e aos objetivos políticos do Estado, interessado em capitalizar a rápida aceitação popular do futebol.

Por isso dizer que a construção do Maracanã atendeu a uma expectativa digna de uma sociedade de massas. Um estádio gigante, opulente, com ares de templo para onde se dirigiam as pessoas para acompanhar grandes espetáculos públicos. Mascarenhas (2013) classificou este tipo de palco como “estádio fordista”. O Estado assumia o papel central na construção desses lugares. O Maracanã foi feito pelo poder público. Era dele a propriedade. Pode-se acreditar que o Estado, neste ponto, alcança seu objetivo de oferecer às massas um espetáculo digno de registro e contemplação. Pode-se até classificar este tipo de construção como um “estádio-nação”, isto é, um palco para espetáculos capaz de mobilizar uma grande quantidade de pessoas por um sentimento de pertença, seja a uma sociedade ou a um grupo social específico. Neste lugar, pode se proporcionar uma vivência coletiva democrática, do tipo que o indivíduo não consegue ter no ambiente macrossocial.

O Maracanã de 1950, pode-se dizer, foi uma ruptura do ponto de vista do modelo de estádio que se tinha até então. Sendo assim, o estádio oferecia um

¹¹Ver Mascarenhas (2013).

novo sentido de pertencimento e de atualização das identidades coletivas. A ideia inicial era a de que todas as camadas da sociedade pudessem estar representadas dentro da arena, proporcionando uma convivência entre setores que, fora daquele local, teriam um contato social mais restrito. Portanto, a meta era proporcionar uma experiência de igualdade, por um lado, e de civilidade, por outro. Isto era objetivado, principalmente, pela atitude do público. Houve uma intensa campanha nos meios de comunicação para que o torcedor tivesse um comportamento contido no estádio. Como exemplo, pode-se citar não arremessar objetos no campo de jogo, cantar o hino nacional ao hastear da bandeira, e empurrar a equipe o tempo todo. Tanto que as manchetes após a derrota exaltavam a postura do público, que teria reconhecido a superioridade dos uruguaios. O *Jornal dos Sports* era um exemplo: o Brasil foi maior na derrota do que jamais poderia ter sido na vitória” (MEISL, 1950, p. 6, apud MOURA, 1998, p. 127). Ainda assim, havia o temor de que a derrota diminuísse o interesse do torcedor pelo Maracanã, o que acabou não acontecendo. Tanto que o Maracanã passou a fazer parte da paisagem urbana do Rio de Janeiro como um equipamento da cidade.

No entanto, o Maracanã ao longo do tempo foi caindo nas graças do torcedor carioca, principalmente por dois aspectos. Em primeiro lugar, a experiência de proximidade e igualdade entre grupos sociais, algo que não era visto com a mesma frequência em outros espaços na cidade – ainda que essa seja também uma construção, algo que, nas palavras de Hobsbawn e Ranger (1997)¹², fosse uma espécie de “tradição inventada”. Em segundo lugar, a centralidade no espaço urbano do Rio: o estádio é localizado num bairro próximo ao Centro e à Zona Sul, podendo inclusive ser acessado pela malha ferroviária da cidade.

Portanto, a construção do Maracanã pode ter atendido a uma demanda específica, capitaneada pela intenção do Estado brasileiro em inserir o país em um contexto de modernidade. Ao tentar construir um ideal, um projeto de nação capaz de mostrar determinados aspectos de civilização, a inspiração foi buscada em sociedades “mais avançadas”, sem, todavia, considerar aspectos importantes socialmente falando. Não houve – nem era preocupação – uma inclusão social de fato. Mas a experiência de união em torno de um ideal comum (a nação re-

¹²De acordo com Hobsbawn e Ranger (1997), a expressão “invenção de tradições” teria a sua gênese nos pontos de contato entre novas e velhas práticas sociais, especialmente as que pudessem manter as identidades de grupos hierarquizadas. Nesse âmbito, as práticas simbólicas podem manter ou mesmo criar aspectos identitários a respeito de uma coletividade.

presentada no campo de futebol) foi uma construção bastante eficaz promovida por um agente social importante: o Estado.

Cabe também a ressalva de que o fato de um estádio ser público ou construído pelo poder público para a população não garante o acesso ao local. Quem quer ver um jogo de futebol precisa pagar. Entretanto, o acesso ao Maracanã era feito através de setores diferenciados, indo de preços mais populares aos mais caros. Essa convivência de públicos diferentes começava já no ritual que envolve ir à praça esportiva. Ele começa pela “concentração”: o encontro com amigos ou familiares que, juntos, vão a pé, ou utilizando o transporte público para o estádio. No caminho, paradas em bares para confraternizar mesmo com desconhecidos, até, por fim, a entrada no estádio. Rituais simbólicos dos laços entre as pessoas que têm na cidade o palco ideal para a ocupação do espaço, proporcionando experiências territoriais. O dia do jogo também proporciona ansiedade e, ao mesmo tempo, uma sensação de prazer pelo aspecto da socialização e o sentimento de pertença entre os torcedores: “As lembranças são construídas não apenas de vitórias ou derrotas, mas também por esses lances detalhados, que colocam os torcedores como participantes do jogo e da história” (TAVARES E VOTRE, p. 1030, 2014).

Tudo isto leva a crer que os estádios construídos no mesmo padrão do Maracanã visavam contemplar a experiência do torcedor. A narrativa do torcer envolve elementos que vão além da simples apreensão de textos, mas envolve a produção de uma atmosfera capaz de influenciar o comportamento das pessoas (GUMBRECHT, 2010). No caso do comportamento do torcedor, observou-se, após a Copa de 1950, uma nova relação do público com o futebol, com a popularização das torcidas organizadas, mas sobretudo, com o entendimento do estádio como lugar de uma certa subversão da ordem social, nos moldes aplicados por DaMatta (2006). O autor lembra que o nosso futebol “aciona uma visão do mundo na qual o fraco vira forte, o oprimido torna-se expressivamente dominante e o socialmente inferior transforma-se em herói” (DAMATTA, 2006, p.69).

Brinati e Mostaro (2018) lembram que tal apropriação do espaço não visa mexer nas estruturas sociais, mas que este aspecto democrático da participação do público no futebol foi uma narrativa que se consolidou no imaginário brasileiro, bem como a narrativa de que o torcedor é capaz de interferir no resultado de um jogo. Os autores também observam que o estádio pode se converter em uma nova espécie de esfera pública, “onde todas as intervenções da torcida são

uma forma de atuação política performativa” (BRINATI e MOSTARO, p. 224, 2018).

O FUTEBOL COMO MEGAEVENTO E CIDADE MERCADORIA

Pode-se observar um reordenamento dos modos de torcer já a partir dos anos 70, com a consolidação das chamadas torcidas organizadas, onde o público rejeita instruções de ocupação do espaço num ato de resistência, usando bandeiras e faixas e entoando cânticos com palavras de ordem contra ou a favor de jogadores, treinadores e dirigentes. Assistem o jogo de pé, algo condenável dentro de uma ótica civilizatória no futebol, por exemplo. Estas novas formas de sociabilidade proporcionada dentro dos estádios considerados “fordistas” também foram se firmando em meio a um governo de cunho ditatorial no Brasil, que também se apropriou fortemente do futebol como um instrumento de divulgação de uma nação que crescia perante o cenário internacional.

A esta altura, a FIFA já começava a mudar suas feições. Mais precisamente devido à chegada da TV que, por sua vez, também revolucionou a relação do público com o futebol. Este, por sua vez, entrava de vez na era do espetáculo e passaria por severas mudanças na sua organização. Uma figura em especial foi responsável por inserir a FIFA na era do capitalismo transnacional: João Havelange¹³.

Durante seus 24 anos de administração na FIFA, o brasileiro fez inúmeras mudanças no futebol e na Copa do Mundo. A primeira delas foi valorizar a relação com as TVs e os patrocinadores. O principal deles foi o dono da Adidas, o alemão Horst Dassler, que passou a apoiar Havelange já na eleição de 1974 para a presidência da entidade. O executivo foi diretamente responsável por trazer novos anunciantes para a FIFA, tal como a Coca Cola, por exemplo. Segundo Ribeiro Júnior (2014), não houve sequer um contrato entre FIFA e Adidas firmar a parceria, ocorrida em 1974 também:

Havelange e Dassler apertaram as mãos e decidiram que FIFA e Adidas seriam parceiras. Nestes termos: sem contrato, sem pro-

¹³Jean-Marie Faustin Goedefroid Havelange foi advogado, empresário, atleta olímpico e dirigente esportivo. Foi presidente da FIFA de 1974 até 1998, sendo o presidente com maior tempo no cargo (24 anos).

tocolo, sem sequer um papel de pão para registrar a aliança. Pode-se concluir também que sem qualquer controle de entrada e de saída de dinheiro” (RIBEIRO JÚNIOR *et.al*, 2014, p.42)

Para cumprir o que havia prometido a dirigentes de países asiáticos e africanos, Havelange fez dobrar o número de participantes da Copa do Mundo (16 para 32, no fim de seu mandato, em 1998) e expandiu a presença da FIFA pelo globo, com a afiliação de várias associações de futebol, especialmente na Ásia e na África, continentes até então esquecidos por uma FIFA majoritariamente europeia. Ele também foi responsável por arrecadações recordes com direitos de transmissão de TV. A esta altura, o futebol já havia se modificado, nas palavras de Ribeiro Júnior (2014):

O estádio de futebol virou estúdio de TV. Saem os desdentados da geral, entram as famílias saradas das numeradas. O esporte “do povo” se tornou o espetáculo “dos consumidores”. Pobre não tem vez. Nesse quadro, não faz sentido mostrar na televisão um estádio de 100 mil lugares com metade da lotação. Melhor um de 40 mil, sempre cheio, símbolo de sucesso da franquia. Menos gente, ingressos mais caros, elitização da plateia. Ponto para o marketing (RIBEIRO JÚNIOR *et.al*, 2014, p.126)

A lógica da TV já havia modificado o esporte e a FIFA foi uma das primeiras a perceber tais mudanças, encabeçadas também pelo exemplo da Inglaterra, que reinventou seu campeonato a partir da tragédia de Hillsborough¹⁴. Mas antes mesmo de o Campeonato Inglês se tornar o mais bem-sucedido do mundo, Havelange e Dassler já tinham percebido a mina de ouro proporcionada pelos contratos televisivos. Tão logo assumiu o cargo de presidente da FIFA, o brasilei-

¹⁴Incidente que ocorreu em 15 de abril de 1989 no Estádio Hillsborough, em Sheffield (Inglaterra) durante o jogo entre Liverpool FC e Nottingham Forest, válido pelas semifinais da Taça da Inglaterra. Durante a partida, 96 torcedores do Liverpool morreram pisoteados e outros 766 ficaram feridos. O evento acelerou as mudanças de segurança, agrupadas no “Relatório Taylor”. Entre outros pontos, o novo código de conduta obrigou os estádios a terem exclusivamente cadeiras, monitorar torcedores com câmeras e outros 40 itens. O que, no fim, gerou a elevação de preços de ingressos e acabou por alavancar a criação da organizada Premier League, no início dos anos 90.

ro chamou as emissoras que detinham os direitos de transmissão do Mundial de 1978 (Argentina) para um encontro, cujo objetivo era a venda dos direitos para a Copa seguinte, a de 1982 (Espanha). As emissoras ofereceram U\$ 4 milhões. Havelange cobrou U\$ 10 milhões. E ganhou. Já Dassler, dono da Adidas, percebeu que poderia fazer fortuna não apenas vendendo material esportivo, mas controlando direitos de transmissão. Ele cria, então, em 1982, a ISL, empresa que passaria a ser a “parceira” da FIFA para venda de direitos de transmissão (RIBEIRO JÚNIOR, 2014).

O modelo de compra e venda dos direitos televisivos foi sendo aplicado em cascata para outras ligas e campeonatos. O que iria se refletir na arquitetura dos estádios. Pouco a pouco, as arenas construídas segundo o modelo “fordista”, de acordo com a classificação proposta por Mascarenhas (2013)¹⁵, iriam dar lugar a um novo tipo de estádio, construído para atender as necessidades do capital e das emissoras de televisão. Este novo conceito se impunha “como paradigma mundial de conforto, segurança, previsibilidade, controle e, acima de tudo – embora veladamente –, rentabilidade e elitização” (MASCARENHAS, 2013, p. 143).

Nesse sentido, há uma inversão também no papel do Estado em relação à presença do capital. Foi dito no início deste artigo que o capital se aproveitava do novo ambiente produzido pelo Estado-Nação para consolidar seu domínio político e econômico. O que se passou a observar foi uma inversão de papéis onde o Estado-Nação passa a depender muito mais da ação do capital do que o contrário. Nas palavras de Foucault (2008), não interessará impor restrições aos mecanismos “naturais” de mercado:

Ou seja, vai ser preciso instituir mecanismos de segurança, tendo os mecanismos de segurança ou a intervenção, digamos, do Estado essencialmente como função garantir a segurança desses fenômenos naturais que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população, é isso que vai ser o objetivo fundamental da governamentalidade (FOUCAULT, 2008, p. 474)

Os Estados-Nação passaram a ser mais dependentes de outro jogo: o do capital internacional. E a FIFA, sob a tutela de João Havelange, percebeu esta diferença. Ela sempre tratou a Copa como uma missão dada ao país organizador desde 1930. Mas a partir de 1978, a primeira Copa organizada por Havelange, o

¹⁵MASCARENHAS. Op.cit., p. 4.

marketing esportivo ganhou força como nunca. Para receber a Copa do Mundo em seus domínios, os países-sede viram o caderno de encargos¹⁶ da FIFA aumentar significativamente. Entre os itens mais importantes da pauta, a construção de estádios, que deveria atender a um padrão. O arquiteto Eduardo de Castro Mello, responsável pelo projeto do estádio Mané Garrincha, em Brasília, analisou a postura da FIFA durante a obra do estádio para a Copa de 2014, no Brasil: “Eles estão sendo inflexíveis. A festa é deles e dizem quem pode entrar e quem não pode. Quanto mais você agrada e atender às necessidades, mais eles ficam satisfeitos. Não estão preocupados com legado”¹⁷.

A quantidade elevada de exigências da FIFA em relação à construção das arenas para a Copa do Mundo pode ser vista, em primeiro lugar, como o redesenho da competição, que passa à égide dos megaeventos, tal e qual os Jogos Olímpicos. Além disso, é parte de uma nova política de ocupação do solo urbano das grandes cidades, que dialogam com “as novas estratégias de gestão das cidades no sentido da valorização e da projeção competitiva de sua imagem global – o citymarketing” (MASCARENHAS, 2013, p. 144). Ou seja, a cidade, para os grandes eventos esportivos, também é convertida em mercadoria para a exploração do capital. Sendo assim, a melhor fruição do espaço pelos habitantes só faz sentido se estiver atrelada ao consumo.

Tal aspecto pode se mostrar excludente, uma vez que elimina experiências de participação popular dentro e fora dos estádios. O torcedor se transforma em consumidor e toda a arquitetura é feita para que a arena seja um espaço de controle dos corpos – câmeras por toda a parte, por exemplo – onde o torcedor é impedido de se manifestar fora das condições impostas pelo novo código de conduta, que prevê o banimento de instrumentos musicais, bandeiras, faixas, ou seja, de tudo aquilo que seja indesejável para o consumo do futebol como espetáculo. Tal tática pode ser vista dentro de égide de um poder disciplinar que, segundo Foucault (1987) “tem como função maior ‘adestrar’; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (FOUCAULT, 1987, p. 195).

Até então, o estádio era visto como um local de pertencimento, um espaço de construção da memória. Enquanto lugar de expressão coletiva, previa a par-

¹⁶Documento onde constam as exigências para que um país receba a Copa do Mundo.

¹⁷Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/exigencias-da-fifa-surpreenderam-40zzjddnuc9knc2qfr3kdpbgu/>. Acesso em 11/03/2020.

tipificação dos setores populares e menos favorecidos economicamente. Em vez de ser um microcosmo de apropriação democrática do espaço urbano, a arena pode amplificar o processo de exclusão social. É importante ressaltar que o equipamento estádio, em si, não constitui um território. Ele só o é a partir de um sistema de códigos praticados pelos grupos em ação naquele espaço.

Na nova arquitetura erigida pela FIFA, observa-se uma alteração no perfil do público. Giulianotti (2002) define este novo “tipo ideal” como um pós-torcedor: com mais dinheiro, menos identificação e paixão pelo clube, limitado a mero consumidor do espetáculo. O preço do ingresso, conseqüentemente, ficou mais caro, tornando a ida a um evento esportivo algo que apenas uma parcela da população passa a reunir condições de fazer. Entre 2003 e 2013, o preço do bilhete subiu 300%. Mais do que a inflação no período, que chegou a 1983%¹⁸. Em 2015, calculou-se que o torcedor brasileiro precisaria trabalhar dez horas e 18 minutos para comprar um ingresso para assistir a um jogo da Série A do mesmo ano. Para efeitos de comparação, um fã do Bayern de Munique, da Alemanha, gastaria uma hora e 48 minutos de trabalho para ver o time do coração em campo¹⁹.

Portanto, a FIFA, pode-se dizer, determina um estado de exceção por onde passa. Agamben (2004) define tal situação como um paradigma que “apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p.12) e como uma “terra de ninguém, entre o direito público e o fato político e entre a ordem jurídica e a vida” (AGAMBEN, 2004, p.12). A FIFA, portanto, pode-se dizer, ultrapassa a fronteira de nações estabelecidas passando por cima até de seus conjuntos de leis para fazer valer seus interesses. No Brasil, foi promulgada a Lei Geral da Copa (LGC) (BRASIL, 2012), que estabeleceu, em 2012, uma série de benefícios a dirigentes da FIFA, tais como vistos de entrada e permanência sem restrição e proteção comercial aos parceiros da entidade.

Assim sendo, este novo tipo de arena que exclui setores populares tem a ver com a própria participação do Estado brasileiro. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que a FIFA, desde a Copa de 2006, guiou a escolha do país-sede da Copa entre nações ora com sociedades civis ditas ora gelatinosas ora com governos pouco democráticos. Depois daquele ano, as escolhas recaíram em África do

¹⁸Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/ingresso-de-futebol-sobe-mais-que-salario-minimo/>. Acesso em 11/03/2020.

¹⁹Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2015/08/elitizacao-do-futebol-ingresso-brasileiro-e-o-mais-inacessivel-do-mundo.html>. Acesso em 11/03/2020.

Sul (2010), Brasil (2014), Rússia (2018) e Catar (2022), países que se enquadram nessas características. Em todos estes lugares, o dinheiro público foi largamente utilizado para a construção de arenas que, ou seriam abandonadas²⁰ ou repassadas à iniciativa privada, como ocorreu com o Maracanã, no Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, desta maneira, que a construção de novos equipamentos esportivos para as Copas de 1950 e 2014, ambas realizadas no Brasil, mexeu significativamente com o espaço urbano no Brasil, especialmente pela definição do papel do Estado nos dois momentos. Se no primeiro evento, buscava-se um espaço de celebração de um ideal de nação, com a criação de um clima, de uma atmosfera de pertencimento a um grupo social imaginado, no segundo observa-se o alinhamento do Estado-Nação com um ator capaz de intervir até mesmo em sua soberania, balizado pelo capital transnacional. A FIFA intervém nos países-sede da Copa desde o primeiro Mundial, em 1930. Mas foi a partir da união entre a entidade e uma multinacional que a influência se viu evoluir para o nível da dominação. A FIFA – e seus parceiros – passam a importar muito mais que os próprios países. Esta inversão do conceito de soberania fez o Estado brasileiro chancelar práticas de exclusão e segregação social.

Um exemplo disso é o surgimento de arenas que se tornam o lugar geográfico desta exclusão, que, por sua vez, ocorre, pois se privilegiam as táticas de consumo. Ao entender que o estádio é um lugar de produção de memória, assume-se a hipótese de que este tipo de política acaba privando os indivíduos de uma experiência de sociabilidade que havia anteriormente. Os novos estádios se tornam símbolo de uma estratégia de controle de corpos que inibe a plena manifestação do público. Para isso, usa-se a tática cruel de “trocar” de público, dando preferência a um torcedor mais “civilizado”, capaz de entender os novos códigos de conduta dentro do espaço.

20 Mascarenhas (2013) lembra o caso da Eurocopa de 2004, sediada em Portugal. Foram feitos estádios “padrão Fifa” em cidades como “Leiria, Aveiro, Guimarães, Coimbra, Braga e Faro, lugares que não dispunham de mercado local para sustentar tais equipamentos, notoriamente deficitários. A cidade de Aveiro, por exemplo, possuía apenas 70 mil habitantes e foi erguido um estádio para 30 mil presentes ao custo anual de quatro milhões de euros. Já o de Coimbra custou 60 milhões de euros, recebeu apenas dois jogos da competição e foi abandonado em seguida.

É importante lembrar que esse movimento também foi alvo de protestos por parte da população. Podem-se citar como exemplo as Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho de 2013. Foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas principais capitais, mas que ganharam proporções maiores, agregando outras pautas reivindicatórias, inclusive o gasto excessivo com a construção de arenas e também as novas formas de organização dentro delas, privilegiando a exclusão das camadas populares do futebol. Contudo, cabe a ressalva de que novos estudos são necessários para a melhor compreensão do fenômeno dos novos modos de ocupação destas arenas, bem como os processos de sociabilidade gerados nestes espaços.

RECEBIDO em 19/08/2023
APROVADO em 29/11/2023

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: [Homo Sacer, II, I]. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

BRASIL. **Lei Nº 12.663, de 5 de junho de 2012**. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil; altera as Leis nºs 6.815, de 19 de agosto de 1980, e 10.671, de 15 de maio de 2003; e estabelece concessão de prêmio e de auxílio especial mensal aos jogadores das seleções campeãs do mundo em 1958, 1962 e 1970. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm

BRINATI, Francisco Angelo; MOSTARO, Filipe. **Maracanã como mídia urbana: as narrativas jornalísticas, apropriações e interações no torcer no “maior do mundo”**. RUA, v. 24, n. 1, p. 211-236, 2018.

DAMATTA, Roberto. **A bola corre mais que os homens**. Duas Copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

DO CABO, Alvaro. **O estabelecimento da FIFA e a realização da primeira Copa do Mundo de futebol no Uruguai. – Uma visão oficial a partir de Jules Rimet**. XXVI Simpósio Nacional de História – conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH. Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

DRUMOND, Maurício. **Esporte e política no Estado Novo**. In: PEREIRA, Victor Hugo Adler; PONTES JR, Geraldo. (org). **O Velho, O Novo, O Reciclável Estado Novo**. Rio de Janeiro: DeLetras, 2008.

DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

DUNNING, Eric. **Civilização Formação do Estado e Primeiro Desenvolvimento do Esporte Moderno**. In: GARRIGOU, Alain e LACROIX, Bernand. **Norbert Elias A política e a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

ÉPOCA. **Elitização do futebol: ingresso brasileiro é o mais inacessível do mundo**. <https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2015/08/elitizacao-do-futebol-ingresso-brasileiro-e-o-mais-inacessivel-do-mundo.html>. Acesso em 11/03/2020.

EXAME. **Ingresso de futebol sobe mais que salário mínimo.** <https://exame.abril.com.br/economia/ingresso-de-futebol-sobe-mais-que-salario-minimo/>. Acesso em 11/03/2020.

FIFA. **Associations and confederations.** <https://www.FIFA.com/associations/>. Acesso em 09/03/2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população.** Curso dado no Collège de France, 1977. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão;** tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987

GAZETA DO POVO. **Exigências da FIFA surpreenderam.** <https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/exigencias-da-FIFA-surpreenderam-40zzjddnuc9knc2qfr3kdpbgu/>. Acesso em 11/03/2020.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões.** São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terrence. **A invenção de tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ONU. **Países membros da Onu.** <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>. Acesso em 09/03/2020.

MASCARENHAS, Gilmar. **Um jogo decisivo, mas que não termina: a disputa pelo sentido da cidade nos estádios de futebol.** Revista Cidades, v. 10, n. 17, 2013.

MOURA, Gisella de Araújo. **O Rio corre para o Maracanã.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

WEBER, Max. O Estado nacional e a política econômica. In: COHN, Gabriel (org) **WEBER: Sociologia.** Rio de Janeiro: Editora Ática: 2010.

RIBEIRO JR, Amaury et al. **O lado sujo do futebol: a trama de propinas, negociatas e traições que abalou o esporte mais popular do mundo.** São Paulo: Planeta, 2014.

TAVARES, Ana Beatriz Correia; VOTRE, Sebastião Josué. **Estádio do Maracanã 1950-2010 na memória de torcedores.** Movimento: Revista da Escola de Educação Física, v. 20, n. 3, p. 1017-1038, 2014.